



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática.....	29
3. Raciocínio Lógico	39
4. Informática.....	51
5. Direito Constitucional e Ministério Público	67
6. Direito Administrativo.....	81
7. Direito Penal	95
8. Direito Processual Penal	105
9. Teoria Geral das Ciências Contábeis	117
10. Legislação - Informática	141
11. Legislação Penal Especial e Extravagante.....	153

LÍNGUA PORTUGUESA

1. 2022

Leia o texto para responder à questão.

Um homem sem perna, agarrando-se numa muleta, parou diante dela e disse:

– Moça, me dá um dinheiro para eu comer?

“Socorro!!!” gritou para si mesma ao ver a enorme ferida na perna do homem. “Socorre-me, Deus”, disse baixinho.

Estava exposta àquele homem. Estava completamente exposta. Se tivesse marcado com “seu” José na saída da Avenida Atlântica, o hotel onde ficava o cabeleireiro não permitiria que “essa gente” se aproximasse. Mas na Avenida Copacabana tudo era possível: pessoas de toda a espécie. Pelo menos de espécie diferente da dela. “Da dela?” “Que espécie de ela era para ser ‘da dela’?”

Pensamento do mendigo: “essa dona de cara pintada com estrelinhas douradas na testa, ou não me dá ou me dá muito pouco”. Ocorreu-lhe então, um pouco cansado: “ou dará quase nada”.

Ela estava espantada: como praticamente não andava na rua – era de carro de porta a porta – chegou a pensar: ele vai me matar? Estava atarantada e perguntou:

– Quanto é que se costuma dar?

– O que a pessoa pode dar e quer dar – respondeu o mendigo espantadíssimo.

Ela, que não pagava salão de beleza, o gerente deste mandava cada mês sua conta para a secretária de seu marido. “Marido”. Ela pensou: o marido o que faria com o mendigo? Sabia que: nada. Eles não fazem nada. E ela – ela era “eles” também.

Perguntou:

– Quinhentos cruzeiros basta? É só o que eu tenho. O mendigo olhou-a espantado.

– Está rindo de mim, moça?

– Eu?? Não estou não, eu tenho mesmo os quinhentos na bolsa...

Abriu-a, tirou a nota e estendeu-a humildemente ao homem, quase lhe pedindo desculpas. O homem perplexo.

E depois rindo, mostrando as gengivas quase vazias:

– Olhe – disse ele –, ou a senhora é muito boa ou não está bem da cabeça... Mas, aceito, não vá dizer depois que a roubei, ninguém vai me acreditar.

– Eu não tenho trocado, só tenho essa nota de quinhentos.

(Clarice Lispector, “A Bela e a Fera ou a Ferida Grande Demais”.

O primeiro beijo e outros contos. Fragmento

Assinale a alternativa em que o enunciado é coerente com o sentido do texto e as palavras estão grafadas e acentuadas de acordo com a norma-padrão.

(A) O homem pára em frente a mulher e lhe pede algum dinheiro. Diante de sua exitação, ele pensa: “ela dará quase nada”. E isso realmente ocorre com a nota de quinhentos.

(B) A mulher estava espantada: praticamente não andava a pé (aquele dia era uma excessão) – era de carro de porta a porta. Chegou a pensar que o homem a mataria.

(C) Paralizado diante da mulher, o homem pensa: “não sou bem vindo, essa dona de cara pintada com estrelinhas douradas na testa, ou não me dá ou me dá muito pouco”.

(D) A mulher entendia que a infraestrutura do hotel onde ficava o cabeleireiro, na Avenida Atlântica, atraía um público mais confiável do que o da Avenida Copacabana.

(E) O homem falou: “ou a senhora é muito boa ou não está bem da cabeça... Mas, aceito, não vá dizer depois que a roubei, pois as pessoas não crêem em um homem como eu”.

2. 2023

Leia o texto, para responder a questão.

Frida

Tina Modotti não está sozinha frente aos inquisidores. Está acompanhada, de cada braço, por seus camaradas Diego Rivera e Frida Kahlo: o imenso buda pintor e sua pequena Frida, pintora também, a melhor amiga de Tina, a qual parece uma misteriosa princesa do Oriente mas diz mais palavrões e bebe mais tequila que um *mariachi** de Jalisco. Frida ri às gargalhadas e pinta esplêndidas telas desde o dia em que foi condenada à dor incessante.

A primeira dor ocorreu lá longe, na infância, quando seus pais a disfarçaram de anjo e ela quis voar com asas de palha; mas a dor de nunca acabar chegou num acidente de rua, quando um ferro de bonde cravou-se de um lado a outro em seu corpo, como uma lança, e triturou seus ossos. Desde então ela é uma dor que sobrevive. Foi operada, em vão, muitas vezes; e na cama de hospital começou a pintar seus autorretratos, que são desesperadas homenagens à vida que lhe sobra.

(Eduardo Galeano, *Mulheres*. Adaptado)

*mariachi: membro de conjunto popular no México. Assinale a alternativa em que o adjetivo, flexionado em grau, exprime noção de superioridade.

- (A) Imenso buda.
- (B) Esplêndidas telas.
- (C) Melhor amiga.
- (D) Dor incessante.
- (E) Não está sozinha.

3. 2022

Leia o trecho do livro *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*, do neurocientista português António Rosa Damásio, para responder à questão.

O principal enfoque em *O erro de Descartes* é a relação entre emoção e razão. Baseado em meu estudo de pacientes neurológicos que apresentavam deficiências na tomada de decisão e distúrbios da emoção, construí a hipótese de que a emoção era parte integrante do processo de raciocínio e poderia auxiliar esse processo ao invés de, como se costumava supor, necessariamente perturbá-lo. Hoje em dia essa ideia já não causa espécie, mas na época em que a apresentei muita gente estranhou, e mesmo a recebeu com certo ceticismo. Tudo sopesado, a ideia, em grande medida, foi aceita e até, em certos casos, acolhida com tanta sofreguidão que acabou deturpada. Por exemplo, nunca afirmei que a emoção era um substituto para a razão, mas em algumas versões superficiais depreendia-se que minha ideia

era que se você seguisse o coração em vez da razão tudo daria certo.

Na verdade, em certas ocasiões a emoção pode ser um substituto para a razão. O programa de ação emocional que denominamos medo pode afastar rapidamente do perigo a maioria dos seres humanos com pouca ou nenhuma ajuda da razão. Um esquilo ou um pássaro não pensa para reagir a uma ameaça, e o mesmo pode acontecer a um humano. Aí é que está a beleza no modo como a emoção tem funcionado no decorrer da evolução: ela abre a possibilidade de levar seres vivos a agir de maneira inteligente sem precisar pensar com inteligência. Acontece que, nos humanos, essa história tornou-se mais complexa, para o bem e para o mal. O raciocínio faz o que fazem as emoções, mas alcança o resultado conscientemente. O raciocínio nos dá a opção de pensar com inteligência antes de agir de maneira inteligente, e isso é bom: descobrimos que muitos dos problemas que encontramos em nosso complexo ambiente podem ser resolvidos apenas com emoções, porém não todos, e nestas ocasiões as soluções que a emoção oferece são, na realidade, contraproducentes.

Mas como evoluiu nas espécies complexas o sistema de raciocínio inteligente? A proposta inovadora em *O erro de Descartes* é que o sistema de raciocínio evoluiu como uma extensão do sistema emocional automático, com a emoção desempenhando vários papéis no processo de raciocínio.

(*O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*, 2012.

Adaptado.)

O verbo sublinhado, na conjugação em que se apresenta, indica um fato pontual no passado no seguinte trecho:

- (A) “se você seguisse o coração em vez da razão tudo daria certo” (1º parágrafo).
- (B) “a emoção era um substituto para a razão” (1º parágrafo).
- (C) “construí a hipótese de que a emoção era parte integrante do processo de raciocínio” (1º parágrafo).
- (D) “Baseado em meu estudo de pacientes neurológicos que apresentavam deficiências na tomada de decisão” (1º parágrafo).
- (E) “O raciocínio nos dá a opção de pensar com inteligência antes de agir de maneira inteligente” (2º parágrafo).

MATEMÁTICA

1. (2024)

Em um prédio comercial, todos os andares têm o mesmo número de salas, sendo que o número de andares é o dobro do número de salas por andar. Nos dois últimos andares desse prédio, há 3 salas por andar que ainda não foram alugadas, e nos três primeiros andares, metade do número de salas de cada um deles também não foi alugada. Sabendo que, no total, somente 12 salas ainda não foram alugadas, o número de salas alugadas é:

- (A) 12
- (B) 14
- (C) 16
- (D) 18
- (E) 20

2. (2024)

Para uma reunião, foram organizadas 288 cadeiras em filas, cada fila contendo a mesma quantidade de cadeiras, de modo que o número de cadeiras por fila excedia o número de filas em 2. Essas cadeiras foram numeradas de 001 a 288, sendo a primeira cadeira, 001, a cadeira mais à esquerda da primeira fila; a segunda, 002, a cadeira à direita da cadeira 001; e assim sucessivamente, até a última cadeira da fila. A cada fila seguinte, a numeração das cadeiras continuou da primeira cadeira mais à esquerda e seguiu, continuamente, até a última cadeira da fila. Raquel participou dessa reunião e sentou-se na quarta cadeira da quinta fila, seguindo a ordem de numeração.

Logo, Raquel sentou-se na cadeira de número

- (A) 076.
- (B) 084.
- (C) 085.
- (D) 086.
- (E) 094.

3. (2023)

Marília dista da capital do estado, São Paulo, aproximadamente 440 km em trecho rodoviário. Um morador de Marília quer estimar o gasto com combustível no trecho rodoviário para ir a São Paulo e voltar de lá. Se o veículo desse morador faz, em rodovias, em média, 10 km com 1L de etanol, então, com o litro desse combustível custando R\$ 5,00, esse morador deve gastar com combustível nessa viagem, aproximadamente,

- (A) R\$ 55.
- (B) R\$ 110.
- (C) R\$ 220.
- (D) R\$ 440.
- (E) R\$ 880.

4. (2023)

Vilma e Roberta compraram um mesmo produto, e pagaram o mesmo preço por quilograma. Vilma comprou certo número de quilogramas e pagou um total de R\$ 300,00. Já Roberta comprou 1,8 kg a menos do que a quantidade comprada por Vilma, e pagou um total de R\$ 192,00.

Desse modo, é correto afirmar que cada quilograma desse produto custou

- (A) R\$ 40,00.
- (B) R\$ 42,00.
- (C) R\$ 50,00.
- (D) R\$ 58,00.
- (E) R\$ 60,00.

5. (2023)

O encarregado de um depósito distribuiu totalmente certa quantidade de caixas de um mesmo produto em 30 prateleiras, colocando 36 caixas em cada uma. Se fosse possível colocar 54 caixas em cada prateleira, o número de prateleiras necessárias para acomodar todas as caixas seria reduzido em

- (A) 10 unidades.
- (B) 11 unidades.
- (C) 12 unidades.
- (D) 13 unidades.
- (E) 14 unidades.

6. (2023)

Um padeiro assa uma fornada de pães salgados, uma de pães doces e uma de pães de queijo às 6 horas da manhã. Em seguida, a cada duas horas, ele assa uma fornada de pães salgados, a cada três horas uma de pães doces, e, a cada quatro horas, uma de pães de queijo.

Ele torna a assar as três fornadas juntas às

- (A) 12 horas.
- (B) 14 horas.
- (C) 15 horas.
- (D) 16 horas.
- (E) 18 horas.

7. (2025)

Carlos e Henrique foram hipoteticamente designados para realizar uma tarefa que foi dividida em duas partes iguais. Carlos decidiu que sempre, a cada dia, irá realizar a metade do que ainda falta para terminar, e Henrique decidiu que sempre, a cada dia, irá realizar a terça parte do que ainda falta para terminar. Após dois dias de trabalho de cada um deles, é correto afirmar que a parte da tarefa já realizada pelos dois é uma fração entre:

- (A) $\frac{7}{10}$ e $\frac{8}{10}$.
- (B) $\frac{5}{10}$ e $\frac{6}{10}$.
- (C) $\frac{4}{10}$ e $\frac{5}{10}$.
- (D) $\frac{8}{10}$ e $\frac{9}{10}$.
- (E) $\frac{6}{10}$ e $\frac{7}{10}$.

8. (2024)

Em um batalhão, a terça parte do número de soldados ingressou na Polícia Militar (PM) no ano de 2021. Do número restante de soldados desse batalhão, a quarta parte ingressou na PM no ano de 2022, e 81 soldados ingressaram na Polícia Militar em 2023. Conhecidas essas informações, é correto afirmar que o número de soldados desse batalhão que ingressaram na PM no ano de 2021 foi

- (A) 56.
- (B) 48.
- (C) 52.
- (D) 50.
- (E) 54.

9. (2024)

Em uma cidade, a razão entre o número de pessoas e o número de animais domésticos é de $\frac{12}{5}$. Se o número de pessoas dessa cidade aumentar em 15%, e o número de animais domésticos diminuir em 924, a razão indicada passará a ser de $\frac{15}{4}$. O número atual de pessoas na cidade é

- (A) 8 000.
- (B) 8 400.
- (C) 8 800.
- (D) 9 200.
- (E) 9 600.

10. (2024)

Em um concurso público, a razão entre o número de vagas oferecidas para o cargo de professor e o número de vagas oferecidas para os cargos diferentes do de professor era $\frac{3}{4}$. No edital do concurso, o número de vagas oferecidas para o cargo de professor era 18. Isso significa que o número de vagas oferecidas para os cargos diferentes do de professor era igual a

- (A) 20.
- (B) 22.
- (C) 24.
- (D) 26.
- (E) 28.

11. (2023)

Sabe-se, de um grupo de alunos com meninos e meninas, que $\frac{2}{5}$ são meninos, todos do 9º ano, e que $\frac{2}{3}$ das meninas desse grupo também são do 9º ano.

Desse modo, conclui-se que a fração que representa o número de alunos desse grupo que não são do 9º ano é:

- (A) $\frac{1}{10}$
- (B) $\frac{2}{5}$
- (C) $\frac{2}{7}$
- (D) $\frac{1}{3}$
- (E) $\frac{1}{2}$

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (2025)

Uma turma é formada por 24 alunos, entre eles os irmãos Tales e Teodoro. Esses 24 alunos serão divididos ao acaso em 6 grupos, cada grupo com 4 alunos.

A probabilidade de esses irmãos ficarem no mesmo grupo é

(A) $\frac{3}{23}$

(B) $\frac{7}{17}$

(C) $\frac{4}{11}$

(D) $\frac{8}{23}$

(E) $\frac{2}{11}$

2. (2025)

Sorteando-se ao acaso um número natural de 1 até 2 025, a probabilidade de que ele seja múltiplo de 5, mas que não seja divisível por 3, é igual a:

(A) $\frac{3}{25}$

(B) $\frac{4}{25}$

(C) $\frac{3}{20}$

(D) $\frac{1}{8}$

(E) $\frac{2}{15}$

3. (2024)

O lançamento de dois dados não viciados resultou em duas faces apresentando números ímpares.

A probabilidade de a soma destes dois números ser 6 é:

(A) $\frac{1}{2}$

(B) $\frac{2}{9}$

(C) $\frac{1}{6}$

(D) $\frac{4}{9}$

(E) $\frac{1}{3}$

4. (2023)

Em uma urna foram colocados 30 cartões iguais, numerados de 21 a 50. Retirando-se aleatoriamente um cartão dessa urna, a probabilidade de que a soma dos algarismos do número que está no cartão seja um múltiplo de 4 é de:

(A) $\frac{1}{5}$

(B) $\frac{7}{30}$

(C) $\frac{4}{15}$

(D) $\frac{1}{10}$

(E) $\frac{1}{3}$

5. (2023)

Numa loteria hipotética em que é possível apostar em qualquer número real entre 0 e 10, suponha que o ganhador foi um apostador que escolheu o número π . Qual era, antes do sorteio, a probabilidade de o número sorteado ser π ?

(A) 0.

(B) $\frac{1}{10}$.

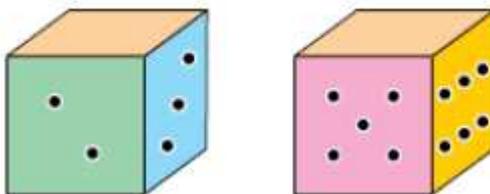
(C) 0,31415...

(D) $\frac{1}{100}$.

(E) maior do que 0 e menor do que $\frac{1}{1\ 000}$.

6. (2023)

A face correspondente ao número 1 de um dado comum de seis faces foi apagada. O mesmo ocorreu com a face correspondente ao número 4 de outro dado comum de seis faces.



Lançando-se ao acaso esses dois dados juntos, a probabilidade de a soma dos números obtidos ser igual a 7 é de

- (A) $\frac{1}{3}$
- (B) $\frac{1}{4}$
- (C) $\frac{1}{6}$
- (D) $\frac{1}{12}$
- (E) $\frac{1}{9}$

7. (2022)

Estudantes de uma classe composta por homens e mulheres tiveram o direito de escolher uma de duas opções para a data de uma prova. A tabela mostra alguns dados da apuração, em que os dados correspondentes às células pintadas foram omitidos.

Estudantes	Opção 1	Opção 2	Total
Mulheres	4		
Homens		10	
Total		19	30

Sorteando-se ao acaso um estudante dessa classe, a probabilidade de que seja uma mulher ou que tenha votado na opção 1 é igual a

- (A) $\frac{6}{5}$
- (B) $\frac{2}{3}$
- (C) $\frac{8}{15}$
- (D) $\frac{1}{2}$
- (E) $\frac{2}{5}$

INFORMÁTICA

1. (2024)

Um usuário da área de Finanças deseja que sua impressora possa ser utilizada por outros usuários da mesma rede de computadores, em que todos usam o Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão. Um técnico de informática, então, compartilhou essa impressora com o nome de Epson_Financas, a partir do computador que tem o nome de PCFIN001, que é usado pelo usuário joao@empresa.com.br.

Assinale a alternativa que indica o endereço que deve ser preenchido nos computadores que desejam usar essa impressora, na janela Adicionar Impressora do Windows, na caixa Selecionar uma impressora, compartilhada pelo nome.

- (A) \\Epson_Financas\PCFIN001
- (B) \\Epson_Financas
- (C) \\PCFIN001\Epson_Financas
- (D) \\Epson_Financas\joao@empresa.com.br
- (E) \\joao@empresa.com.br\PCFIN001\Epson_Financas

2. (2024)

O usuário de um computador com a versão Windows 10 Home instalou um programa, mas agora deseja removê-lo. Uma maneira de realizar a sua remoção é selecionar o

- (A) ícone do programa desejado e deletá-lo.
- (B) ícone do programa desejado e, na lista de opções que surge na tela, selecionar Propriedades e, em seguida, selecionar Apagar.
- (C) Painel de Controle, selecionar Desinstalar Programas e Recursos, localizar o programa desejado e seguir a orientação que surge na tela.
- (D) Painel de Controle, selecionar Programas e Recursos, localizar o programa desejado e seguir a orientação que surge na tela.
- (E) recurso Configurações do Windows, selecionar Programas Instalados, localizar o programa desejado e seguir a orientação que surge na tela.

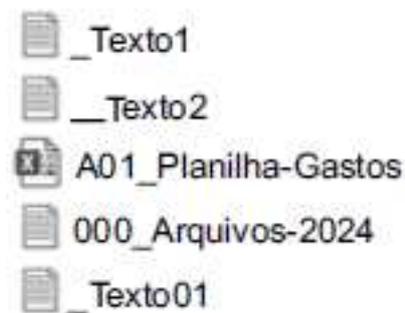
3. (2024)

Um usuário deseja criar um atalho para um arquivo no sistema operacional Windows 10, estando tanto o sistema como o mouse em suas configurações padrão. Sobre esse atalho é **correto** afirmar que

- (A) atalhos para arquivos não podem ser criados para arquivos no Windows 10, sendo possível a criação de atalhos para programas.
- (B) ele pode ser colocado, por exemplo, dentro de uma pasta.
- (C) ele pode ser identificado por uma seta no canto superior esquerdo do seu ícone.
- (D) uma forma de ele ser criado é selecionar o arquivo e clicar o botão esquerdo do mouse. Então selecionar a opção Criar atalho dentre as opções exibidas na tela.
- (E) uma forma de ele ser criado é selecionar, no Painel de Controle, o ícone Criar novo atalho e selecionar o arquivo na janela de opções exibida na tela.

4. (2024)

Um usuário acessou um diretório no Windows 10, em sua configuração-padrão, contendo os seguintes arquivos:



Em seguida, classificou os arquivos por nome em ordenação crescente.

O terceiro arquivo, de cima para baixo, após a ordenação realizada pelo usuário, será:

- (A) _Texto1
- (B) Texto02
- (C) A01_Planilha-Gastos
- (D) 000_Arquivos-2024
- (E) _Texto01

5. (2024)

Considere um computador com MS-Windows 10, em sua configuração padrão, contendo as duas pastas locais descritas a seguir:

–Pasta chamada X, contendo os arquivos a.txt e b.docx.

–Pasta chamada Y, contendo os arquivos a.docx e b.docx.

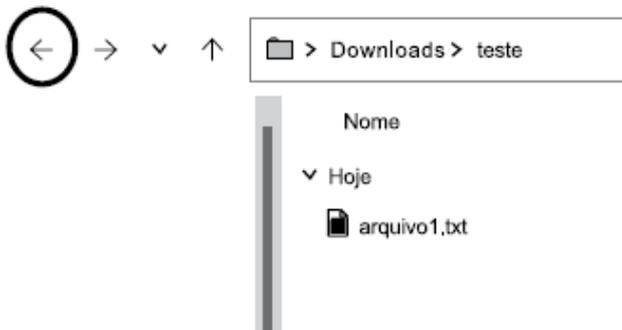
O usuário acessou a pasta X, selecionou todos os arquivos da pasta e, em seguida, pressionou o atalho por teclado Ctrl+X. Acessou a pasta Y, selecionou o arquivo a.docx e pressionou o atalho por teclado Ctrl+V.

Sabendo que o usuário tem permissão para executar todas as ações (e escolheu sobrepor, caso exista mensagem de confirmação de operação), assinale a alternativa que apresenta a quantidade de arquivos na pasta Y, após as ações descritas no enunciado.

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4

6. (2023)

Um usuário acessou a pasta Área de Trabalho, por meio do Explorador de Arquivos do MS-Windows 10, ambos em configuração padrão. Em seguida, clicou com o botão principal do mouse no nome de uma pasta chamada teste, levando à exibição vista na imagem a seguir.



A partir daí, ao acionar o ícone marcado com um círculo na imagem,

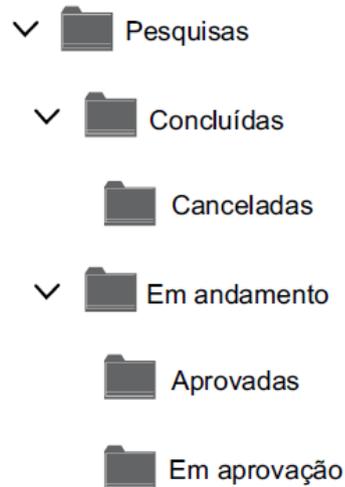
- (A) o arquivo1.txt será movido para a pasta Downloads.
- (B) o arquivo1.txt será copiado para a pasta Downloads.
- (C) o arquivo1.txt será movido para a pasta Área de Trabalho.

(D) a visualização voltará para a pasta Área de Trabalho.

(E) a visualização passará para a pasta Downloads.

7. (2023)

Tem-se a seguinte estrutura de pastas que um pesquisador científico criou, exibida no Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 10, ambos em sua configuração original.



Considere que existe apenas 1 arquivo dentro da pasta Canceladas, apenas 1 arquivo dentro da pasta Concluídas, apenas 1 arquivo dentro da pasta Aprovadas, apenas 1 arquivo dentro da pasta Em aprovação, e nenhum arquivo nas demais pastas.

Assinale a alternativa que indica quantos arquivos existem no total na estrutura Pesquisas e suas subpastas, quando o pesquisador move a pasta Aprovadas para dentro da pasta Pesquisas, move a pasta Em aprovação para dentro da pasta Pesquisas e apaga a pasta Concluídas.

- (A) 0
- (B) 1
- (C) 2
- (D) 3
- (E) 4

1. (2023)

A respeito dos Princípios Fundamentais, assinale a alternativa **correta**.

(A) O pluralismo político, apesar de ter sido consagrado de forma autônoma como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, pode ser confundido com o princípio democrático.

(B) A Constituição Federal de 1988 inovou ao prever a dignidade da pessoa humana como um dos princípios fundamentais, mas tal fato não inviabiliza que a dignidade da pessoa humana possa operar também como regra.

(C) Desde a Constituição de 1934, o constituinte originário optou por elencar no primeiro artigo da constituição um conjunto de princípios denominados de fundamentais.

(D) Os princípios fundamentais não são dotados de eficácia e aplicabilidade direta, apesar de serem considerados como normas jurídicas vinculativas.

(E) Os princípios constitucionais fundamentais podem ser designados exclusivamente como princípios setoriais e especiais.

2. (2024)

A proteção e o tratamento de dados pessoais é um dos temas mais relevantes atualmente, e até pouco tempo não era expressamente previsto na Constituição Federal.

Com a aprovação da PEC 17/2019 e posterior promulgação da Emenda Constitucional nº 115/2022, passou a ser um direito fundamental autônomo. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

(A) Em face da importância reconhecida constitucionalmente à proteção e ao tratamento de dados pessoais, é competência concorrente dos Estados e da União legislar sobre o tema.

(B) O direito à proteção e ao tratamento de dados pessoais costumeiramente colide com a liberdade de expressão, e o Supremo Tribunal Federal tem sempre se manifestado no sentido de que deve preponderar o sigilo, existindo direito ao esquecimento.

(C) Compete à União organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, assim como legislar privativamente sobre o assunto.

(D) Configurando-se colisão entre o direito de proteção aos dados pessoais e a segurança pública, deve-se utilizar a teoria dos limites imanentes, e garantida a proteção da personalidade humana por meio da preponderância do direito fundamental à proteção de dados pessoais.

(E) Em face da relevância da proteção de dados pessoais, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais.

3. (2023)

No que concerne à possibilidade de aplicação dos direitos fundamentais às relações privadas, é correto afirmar que

(A) sem dúvida, cresce a teoria da aplicação indireta dos direitos fundamentais às relações privadas (eficácia vertical), especialmente diante de atividades privadas que tenham certo “caráter público”, por exemplo, em escolas, (matrículas), clubes associativos, relações de trabalhos etc.

(B) o Supremo Tribunal Federal tem aplicado a teoria da eficácia indireta dos direitos com repercussão geral que possui o mesmo efeito de vinculação da súmula.

(C) os direitos fundamentais são aplicados de maneira reflexa, tanto em uma dimensão proibitiva e voltada para o legislador, que deverá editar lei que limite direitos fundamentais, como, ainda, positiva, voltada para que o legislador implemente os direitos fundamentais existentes, ponderando quais devem aplicar-se às relações privadas.

(D) o tema encontra amparo em recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, entretanto, há uma tendência a restringir a eficácia horizontal aos direitos humanos de primeira dimensão.

(E) o tema da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, também denominado pela doutrina de eficácia privada ou externa dos direitos fundamentais, surge como importante contraponto à ideia de eficácia vertical dos direitos fundamentais.

4. (2024)

Tendo em vista o disposto na Constituição Federal, bem como o atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca dos tratados de direitos humanos no Brasil, um tratado que tenha sido incorporado ao direito pátrio pelo procedimento existente antes da Emenda Constitucional no 45/04 tem seu status considerado como:

- (A) infralegal.
- (B) legal.
- (C) constitucional.
- (D) supralegal, não mais podendo obter outro status.
- (E) supralegal, mas pode obter o status constitucional por nova votação.

5. (2023)

Dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 5o, XXIV, que “A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição”. Também há previsão constitucional de

desapropriação da propriedade urbana (CF, artigo 182, parágrafo 4o); de desapropriação da propriedade rural (CF, artigo 186) e de desapropriação de propriedade nociva, com a expropriação de glebas de terras em que sejam ilegalmente cultivadas plantas psicotrópicas (CF, artigo 243).

A desapropriação prevista no artigo 5o, XXIV, da Constituição Federal apresenta as seguintes características:

(A) refere-se a imóvel que cumpre a sua função social, não constitui sanção aplicada pelo Estado e tem por ponto nodal a substituição da perda patrimonial por prévia e justa indenização em dinheiro.

(B) refere-se a imóvel que não cumpre a sua função social, constitui sanção aplicada pelo Estado, mas estabelece prévia e justa indenização em dinheiro.

(C) refere-se a imóvel que cumpre a sua função social, constitui sanção aplicada pelo Estado e tem assegurada, desde que o comporte o orçamento anual do ente expropriante, prévia e justa indenização em dinheiro.

(D) refere-se a imóvel que não cumpre a sua função social, não constitui sanção aplicada pelo Estado e tem assegurada, desde que o comporte o orçamento anual do ente expropriante, prévia e justa indenização em dinheiro.

6. (2023)

Assinale a alternativa que está em conformidade com a Constituição Federal no que tange aos direitos e garantias fundamentais.

(A) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado por crime comum, nem o estrangeiro que tenha contraído matrimônio com brasileira ou tenha filho brasileiro.

(B) Viola o princípio constitucional do juiz natural convocação de desembargadores para atuar nos tribunais superiores, com base em Regimento Interno.

(C) O particular, como cidadão, não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face da Mesa do Senado na defesa de interesse de toda a coletividade.

(D) O sigilo profissional e a inviolabilidade domiciliar, constitucionalmente assegurados, vedam o cumprimento de mandado de busca e apreensão em escritório de advocacia.

(E) A vedação de prisão civil por dívida alcança o responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia, mas protege o depositário infiel.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2022)

Assinale a alternativa **correta** a respeito do conceito de Administração Pública.

(A) A Administração Pública, em sentido formal ou orgânico, diz respeito ao conjunto de órgãos, pessoas jurídicas e agentes que o ordenamento jurídico identifica como administração pública não importando a atividade que exerçam.

(B) A Administração Pública, em sentido subjetivo diz respeito às funções exercidas, representando o conjunto de atividades que costumam ser consideradas próprias da função administrativa.

(C) O exercício do poder de polícia e a atividade de fomento são exemplos de funções públicas que estão dentro do conceito de Administração Pública no seu sentido formal.

(D) A Administração Pública constitui o conjunto de órgãos e as atividades que eles exercem no sentido de conduzir politicamente o Estado, definindo suas diretrizes e realizando as atividades estipuladas no seu planejamento.

(E) No sentido orgânico, a Administração Pública constitui a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico de direito público, para a consecução dos interesses coletivos.

2. (2023)

Em relação aos princípios de administração pública em uma análise comparada entre os mesmos, pode-se afirmar que

(A) a eficiência é o princípio que se sobrepõe ao da impessoalidade e moralidade, devido a racionalidade e prevalência do público sobre o privado.

(B) a liberdade tem como princípio a iniciativa empreendedora e cidadã de um modelo de Estado que se assenta na democracia e nas relações entre capital e trabalho.

(C) a publicidade confere força aos princípios de moralidade e discricionariedade, por legitimar direitos e deveres e garantir a divulgação de atos públicos.

(D) os princípios são divididos em dois agrupamentos, eficiência e publicidade em um polo ativo, e os demais como polo passivo, por serem agentes e processos da gestão pública.

(E) os pesos entre os mesmos ou eventuais comparações não são de maior valia, posto que se assemelham como bases do instituto administração pública.

3. (2023)

Quando um governador comete um ato relacionado à indistinção entre os patrimônios público e privado, ele está violando o princípio da

(A) impessoalidade.

(B) moralidade.

(C) publicidade.

(D) eficiência.

(E) razoabilidade.

4. (2022)

A respeito dos princípios do Direito Administrativo, assinale a alternativa **correta**.

(A) O princípio da moralidade administrativa impede a prática do nepotismo na Administração Pública, estendendo-se a vedação a nomeações de cargos políticos.

(B) É compatível com o princípio da legalidade a ação administrativa que, embora não esteja estritamente autorizada por lei, tem por base os princípios constitucionais e visa assegurar os direitos fundamentais do cidadão.

(C) O princípio da eficiência exige que a correção da ação administrativa seja analisada exclusivamente sob o prisma econômico.

(D) O princípio da impessoalidade não impede a realização de propagandas que tenham por objetivo promover a imagem do gestor público.

(E) Em função do princípio da publicidade, todos os atos administrativos devem ter o seu conteúdo veiculado no Diário Oficial do respectivo ente federativo.

5. (2022)

Um gestor público de uma Autarquia, recém-empossado e proveniente do setor privado, foi selecionado pelo Executivo para que colocasse em prática propostas de gestão inovadoras. Uma delas seria a construção de uma escola de empreendedorismo para combater o desemprego local. Esse gestor público imaginava que poderia contratar os serviços sem licitação e os professores sem concurso público, tal como agia no setor privado. Para que ele entendesse os procedimentos necessários, a assessoria jurídica apresentou ao gestor o seguinte Princípio Constitucional da Administração Pública:

- (A) Moralidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Legalidade.
- (D) Eficiência.
- (E) Publicidade.

6. (2023)

Segundo Hely Lopes Meirelles, ato administrativo é “toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.” Diante do exposto, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Não cabe ao Poder Judiciário a verificação do mérito do ato administrativo quanto ao atendimento ou não de pressupostos fáticos ensejadores de sua prática pelo administrador.
- (B) A jurisprudência pátria atual é tendente a não admitir revisão judicial sobre o mérito dos atos administrativos discricionários, notadamente em relação à razoabilidade ou à proporcionalidade da decisão administrativa.
- (C) O juízo de oportunidade tem a ver com a escolha do conteúdo e a intensidade dos efeitos do ato administrativo, cuja inobservância violaria o princípio da oportunidade.
- (D) O juízo de conveniência é relacionado ao momento e ao motivo ensejadores da prática do ato, cuja inobservância violaria o princípio da razoabilidade.
- (E) Não cabe ao Poder Judiciário substituir o administrador público, mediante a modificação da decisão administrativa, mas sim a anulação do ato discricionário, em caso de desvio de finalidade.

7. (2022)

As chamadas competências administrativas representam os limites do poder conferido aos órgãos públicos para o desempenho de suas missões institucionais. Neste contexto, é **correto** afirmar que

- (A) as competências conferidas por lei são indelegáveis.
- (B) a violação das competências pelo agente público pode representar excesso ou desvio de poder, podendo acarretar a nulidade ou anulabilidade do ato administrativo.
- (C) a omissão da Administração no exercício de competência específica não caracteriza abuso de poder.
- (D) as competências definidas em lei são irrenunciáveis, salvo nos casos de delegação e avocação.
- (E) será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente superior.

8. (2022)

Com relação ao ato administrativo, é **correto** afirmar que

- (A) o ato administrativo é gênero, do qual decorre a espécie ato jurídico.
- (B) o ato administrativo possui como um de seus atributos a discricionariedade, portanto dependerá da oportunidade e da conveniência da Administração.
- (C) o objeto do ato administrativo corresponde ao efeito jurídico pretendido pelo ato (adquirir, resguardar direitos) e também decorre de expressa previsão legal.
- (D) a coercibilidade é um dos requisitos do ato administrativo, uma vez que este será executado, quando necessário e possível.
- (E) a veracidade é um dos requisitos do ato administrativo, caracterizando-se pela presunção de legalidade.

DIREITO PENAL

1. VUNESP - 2022

Considere hipoteticamente que, durante o período de pandemia, delimitado por vigência de um Decreto Federal, foi alterado o CP e considerado crime “deixar de usar máscara facial de proteção no interior de meio de transporte público”. Alfa está sendo processado por tal crime, cometido durante a pandemia. Após o término da pandemia, que trouxe a revogação do tipo penal, a defesa de Alfa pede a extinção de sua punibilidade, com base no art. 2º do CP, assim redigido: “Ninguém pode se punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.”

Nesse contexto, é **correto** afirmar que o pedido

(A) deve ser acatado, em razão do princípio do *tempus regit actum*.

(B) deve ser acatado, em razão da retroatividade de lei penal mais benéfica.

(C) não deve ser acatado, mas deve ser decretada a absolvição de Alfa, pela retroatividade de lei penal mais benéfica.

(D) não deve ser acatado, tendo em vista que o fato criminoso se regula por lei incriminatória temporária.

(E) não deve ser acatado, tendo em vista que o fato criminoso se regula por lei incriminatória excepcional.

2. VUNESP - 2022

Considera-se praticado o crime no _____ em que ocorreu a _____, no todo ou em parte, bem como _____ se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Considera-se praticado o crime no _____ da ação ou omissão, ainda que outro seja o _____ do resultado. As expressões que preenchem, **correta** e respectivamente, as lacunas são:

(A) país ... ação ... onde ... momento ... momento

(B) dia ... ação ou omissão ... no dia em que ... local ... lugar

(C) momento ... ação ... no momento em que ... lugar ... local

(D) lugar ... ação ou omissão ... onde ... momento ... momento

(E) instante ... conduta ... no momento em que ... local ... local

3. VUNESP - 2022

Nos termos do art. 15 do CP, o agente que, voluntariamente, impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados. Trata-se de instituto denominado

(A) *abolitio criminis*.

(B) tentativa imperfeita.

(C) desistência voluntária.

(D) arrependimento eficaz.

(E) arrependimento posterior.

4. VUNESP - 2022

A tentativa, nos termos do parágrafo único do art. 14 do CP, salvo disposição em contrário, pune-se com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços. É **correto** afirmar que, para determinar a fração de diminuição no caso concreto, o Juiz deve levar em conta

(A) o *iter criminis*.

(B) a gravidade do delito.

(C) a culpabilidade do agente.

(D) a quantidade de infrações praticadas.

(E) as agravantes e as atenuantes genéricas.

5. VUNESP - 2023

O agente que praticou um delito, sem violência ou grave ameaça à vítima, mas providenciou voluntariamente a reparação do dano ou a restituição da coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, será beneficiado pelo instituto penal

(A) do arrependimento posterior, cuja pena será reduzida de um a dois terços.

(B) da discriminante putativa, que receberá a isenção da pena.

- (C)do arrependimento eficaz, para só responder pelos atos já praticados.
 (D)da desistência eficaz, cuja pena será reduzida de um a dois terços.
 (E)da desistência voluntária, para só responder pelos atos já praticados.

6. VUNESP - 2021

É requisito legal para caracterização do arrependimento posterior previsto no art. 16 do CP:

- (A)impedir o agente que o resultado se produza.
 (B)ato voluntário do agente no sentido de desistir da execução.
 (C)pequeno valor do objeto material do crime.
 (D)crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa.
 (E)reparação do dano ou restituição da coisa até a sentença de primeiro grau.

7. VUNESP - 2023

Aquele que pratica o fato em exercício regular de direito não comete crime, pois, nos termos do artigo 23 do CP, está amparado por uma

- (A)causa supralegal de exclusão da culpabilidade.
 (B)causa legal de exclusão da culpabilidade.
 (C)causa excludente de imputabilidade.
 (D)causa excludente de ilicitude.
 (E)descriminante putativa.

8. VUNESP - 2022

Considere as alternativas a seguir a respeito de ilicitude e causas de exclusão e assinale a **correta**.

- (A)Aquele que possui o dever legal de enfrentar o perigo não pode alegar estado de necessidade, sendo punido, inclusive, de forma agravada.
 (B)A legítima defesa somente é admitida para salvaguarda de direito próprio. Se é exercida para salvaguarda de direito alheio, implica redução de pena.
 (C)O estrito cumprimento de dever legal não exclui a ilicitude, mas pode ensejar perdão da pena.
 (D)O agente, em estado de necessidade ou legítima defesa, responderá pelo excesso praticado, por dolo ou culpa.
 (E)A legítima defesa é reconhecida ao agente que, para repelir agressão, ainda que justa, utiliza-se dos meios moderados.

9. VUNESP - 2022

De acordo com o art. 23 do CP, o fato típico praticado em estrito cumprimento do dever legal

- (A)é crime, mas fica isento de pena.
 (B)é crime, mas incidirá o perdão judicial.
 (C)não é crime, pois ausente a ilicitude.
 (D)não é crime, pois ausente a punibilidade.
 (E)não é crime, pois ausente a culpabilidade.

10. VUNESP - 2022

À luz do CP, são inimputáveis as pessoas que, ao tempo da ação ou omissão, eram inteiramente incapazes de entender o caráter ilícito do fato, em virtude de

- (A)paixão e doença mental.
 (B)paixão e embriaguez completa.
 (C)emoção e embriaguez completa.
 (D)doença mental e embriaguez culposa completa.
 (E)desenvolvimento mental retardado e desenvolvimento mental incompleto.

11. VUNESP - 2023

As penas restritivas de direitos, conhecidas como penas alternativas, foram instituídas no Brasil em 1998, por meio da Lei no 9.714; essa categoria de lei permite a substituição das penas de privação de liberdade, pelo delito cometido, por medidas alternativas que proporcionem um retorno à sociedade. Nessas situações, o apenado não cumpre a sentença na prisão, ao contrário, a ele são atribuídas sanções, por exemplo, a perda de bens e valores, entre outras.

Conforme determina o artigo 46, § 1o, da referida Lei, a prestação de serviços à comunidade, ou a entidades públicas, uma das medidas alternativas consiste na atribuição de

- (A)ações programadas pelo Conselho de Direitos.
 (B)trabalho determinado para ajuda aos desamparados.
 (C)responsabilidade conjunta com seu genitor.
 (D)tarefas gratuitas ao condenado.
 (E)demandas operativas racionalizadas.

12. VUNESP - 2024

No caso de réu condenado por roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e concurso de agentes, na fixação da pena, em relação ao aumento pelas majorantes, é **correto** afirmar:

- (A)deve-se, em qualquer hipótese, aplicar os dois aumentos.
 (B)deve-se, em qualquer hipótese, aplicar a que menos aumente a pena.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. 2024

Tratando-se de inquérito policial, inquérito policial militar e demais procedimentos extrajudiciais instaurado para investigar servidores das instituições responsáveis pela segurança pública enumeradas no art. 144, da CF, para apurar fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, nos termos das disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) o investigado deverá ser citado da instauração do inquérito, no prazo de até 48 horas, podendo constituir defensor, no mesmo prazo.
- (B) citado da instauração do inquérito e não constituído defensor pelo investigado, no prazo de 48 horas, será intimada a instituição a que vinculado o investigado à época da ocorrência, para indicar defensor para a representação do investigado.
- (C) a defesa do investigado, em não sendo constituído defensor particular, competirá exclusivamente à Defensoria Pública. Nos locais em que não estiver presente, será indicado profissional da instituição a que vinculado o investigado, à época dos fatos.
- (D) os custos do profissional indicado para a defesa do investigado, no caso da não atuação da Defensoria Pública, serão suportados pela Unidade Federativa correspondente à respectiva competência territorial do inquérito instaurado.
- (E) os custos do profissional indicado para a defesa do investigado, no caso da não atuação da Defensoria Pública, serão por ele suportados.

2. 2023

No tocante à temática da elaboração de boletins de ocorrência policial, é correto afirmar que

- (A) qualquer pessoa tem o poder de elaborar um boletim de ocorrência policial.
- (B) apenas as ocorrências policiais de autoria conhecida justificam a elaboração de boletim de ocorrência.
- (C) em alguns estados brasileiros, é possível a lavratura de boletins de ocorrência *online* para o registro de crimes mais simples.

(D) nas ocorrências policiais de autoria desconhecida, não será permitida a elaboração de boletim, pois o procedimento apropriado seria instauração de inquérito policial.

(E) a autoridade policial não poderá determinar elaboração de boletim de ocorrência de ofício.

3. 2023

Delegado de Polícia recebe informação verbal dando conta da possível ocorrência de crime de ação penal pública incondicionada. Nesse caso, de acordo com o art. 5º, § 3º do CPP,

- (A) ainda que a informação inicialmente não se confirme, deve ser instaurado inquérito policial, que é o palco para sua cabal apuração.
- (B) deve aguardar o comparecimento da vítima, a fim de que se colha sua representação.
- (C) ainda que verificada a procedência das informações não pode ser instaurado inquérito policial, tendo em vista que a informação verbal equivale à informação anônima.
- (D) deve verificar a procedência das informações e, havendo confirmação, instaurar inquérito policial.
- (E) deve intimar a vítima para representação, que é condição indispensável para a instauração do inquérito policial.

4. 2022

No que concerne aos investigados em inquérito policial que investiga uso da força letal, é correto afirmar que a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime):

- (A) a indicação do profissional para o exercício da defesa do servidor deverá ser precedida de manifestação de que não existe defensor público lotado na área territorial onde tramita o inquérito e com atribuição para nele atuar, hipótese em que poderá ser indicado Bacharel em Direito, como defensor ad hoc, mesmo sem inscrição na OAB.
- (B) havendo necessidade de indicação de defensor, a defesa caberá exclusivamente à Defensoria Pública, e, nos locais em que ela não estiver instalada, a União ou a Unidade da Federação correspondente à respectiva competência territorial do procedimen-

to instaurado deverá disponibilizar profissional para acompanhamento e realização de todos os atos relacionados à defesa administrativa do investigado.

(C) na hipótese de não atuação da Procuradoria do Estado, os custos com o patrocínio dos interesses dos investigados nos procedimentos de que trata esse artigo correrão por conta do orçamento próprio da instituição a que este esteja vinculado à época da ocorrência dos fatos investigados.

(D) havendo necessidade de indicação de defensor, a defesa caberá preferencialmente à Defensoria Pública, e, nos locais em que ela não estiver instalada, a União ou a Unidade da Federação correspondente à respectiva competência territorial do procedimento instaurado deverá disponibilizar profissional para acompanhamento e realização de todos os atos relacionados à defesa administrativa do investigado.

(E) não contemplou qualquer dispositivo nesse sentido.

5. 2022

De acordo com o art. 15 do CPP, se o indiciado por fato objeto investigado em inquérito policial for menor

(A) ser-lhe-á nomeado curador pela autoridade policial.

(B) o Conselho Tutelar deverá acompanhar os atos procedimentais.

(C) os pais ou responsáveis pelo menor deverão acompanhar os atos procedimentais.

(D) não se poderá seguir na investigação, devendo os autos serem remetidos ao Ministério Público responsável.

(E) não se poderá seguir na investigação, devendo ser comunicada a Vara da Infância e Juventude para as providências cabíveis.

6. 2022

Sobre o inquérito policial, é **correto** afirmar que

(A) o membro do Ministério Público que atua na fase de inquérito policial estará impedido para oferecer denúncia contra o investigado.

(B) a instauração de inquérito policial, nos crimes de ação penal pública, dar-se-á por requerimento do ofendido ou requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, vedado à autoridade policial atuar de ofício.

(C) no crime de sequestro e cárcere privado, a autoridade policial poderá requisitar de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima, mas não de suspeitos.

(D) em se tratando de investigado servidor de órgão de segurança pública, por fato relacionado ao uso de força letal no exercício profissional, da instauração de inquérito policial será ele citado, podendo constituir defensor.

(E) relatado o inquérito policial, caberá ao Ministério Público determinar o arquivamento ou denunciar o investigado, sendo vedado o retorno dos autos à Autoridade Policial para outras diligências.

7. 2025

Considere a seguinte situação hipotética: Maria é esposa de José, filha de Ana, mãe de Cristiano e irmã de Cleófas. Maria é querelante em queixa-crime e desaparece no curso do processo, sendo declarada ausente por decisão judicial.

Nesse cenário, de acordo com os artigos 31 e 36 do CPP,

(A) se Cleófas e Cristiano quiserem prosseguir na ação penal, aquele tem preferência em relação a este.

(B) extingue-se o direito de queixa.

(C) se Cristiano e Ana quiserem prosseguir na ação penal, aquele tem preferência em relação a esta.

(D) se Cristiano e José quiserem prosseguir na ação penal, aquele tem preferência em relação a este.

(E) José tem preferência para prosseguir na ação penal.

8. 2023

No caso de morte do acusado, para que o juiz declare extinta sua punibilidade, nos termos do art. 62 do CPP, necessita-se, apenas, da

(A) juntada de certidão de óbito, oitiva judicial do médico que o declarou e manifestação do Ministério Público.

(B) juntada da certidão de óbito.

(C) manifestação favorável do Ministério Público.

(D) juntada da certidão de óbito e manifestação do Ministério Público.

(E) juntada de certidão de óbito e de laudo elaborado por perito oficial.

9. 2023

É requisito expresso e inafastável para a formalização do acordo de não persecução penal

(A) pena máxima inferior a 2 anos.

(B) assinatura do acusado na presença do magistrado.

(C) renúncia voluntária a bens e direitos indicados

TEORIA GERAL DAS CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1. (2023)

Determinadas saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios são exemplos de:

- (A) renúncia de receita.
- (B) operações de crédito externas.
- (C) despesa orçamentária.
- (D) dispêndio extraorçamentário.
- (E) variação patrimonial diminutiva.

2. (2022)

O conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade e, também, toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada é

- (A) a despesa orçamentária pública.
- (B) o empenho.
- (C) a despesa efetiva.
- (D) a despesa não efetiva.
- (E) a classificação funcional.

3. (2025)

Sobre o Livro Caixa, é correto afirmar que ele registra

- (A) a quantidade e o valor de produto e mercadorias disponíveis na data em que será realizado o balanço patrimonial do período.
- (B) todas as movimentações financeiras da empresa, como as entradas e saídas que não alteram as finanças, além das obrigações fiscais e as provisões de recebíveis.
- (C) as entradas e saídas de numerário.
- (D) os materiais que se achem estocados nas datas em que forem levantados os balanços.
- (E) todas as operações de serviços.

4. (2024)

Analise os fatos contábeis a seguir: – 01/03, integralização, em moeda corrente, do capital social – R\$ 360.000,00. – 05/03, pagamento de R\$ 4.400,00 à vista, referente à despesa com a constituição da empresa. – 10/03, compra de móveis e utensílios, por R\$ 121.400,00, sendo 10% à vista e o restante para pagamento em 60 dias. – 15/03, pagamento de R\$ 5.000,00 à vista, referente à despesa de aluguel do mês. – 25/03, compra de mercadorias para revenda, no montante de R\$ 350.000,00, sendo 25% à vista e o restante para pagamento em 90 dias. Após a última operação, no balancete de verificação levantado, a soma dos saldos credores corresponde a

- (A) R\$ 471.400,00.
- (B) R\$ 480.800,00.
- (C) R\$ 622.500,00.
- (D) R\$ 712.960,00.
- (E) R\$ 731.760,00.

5. (2024)

Analise as operações a seguir, ocorridas em dezembro de 2023, da Indústria Reunidas EFGH Ltda.

- Aquisição de uma máquina de corte a laser para o ativo imobilizado pelo valor hipotético de R\$ 15.000.000,00. O pagamento desse ativo foi:

25% a vista;

25% em uma parcela após transcorridos 10 meses; e 50% em 36 parcelas mensais consecutivas.

- Recebimento de 55% de um valor total de R\$ 7.000.000 que se encontrava atrasado de um cliente.

- Aproveitando essa oportunidade, pagou uma duplicata de um fornecedor no valor de R\$ 6.550.000,00. Considerando apenas as operações contábeis descritas no mês de dezembro, é possível afirmar que:

- (A) o ativo da empresa aumentou em R\$ 8.550.000.
- (B) o ativo da empresa aumentou em R\$ 15.000.000.
- (C) o passivo da empresa aumentou em R\$ 11.250.000.

(D) o patrimônio líquido variou negativamente em R\$ 4.700.000,00.

(E) não houve alteração no total do ativo e passivo da empresa.

6. (2023)

Na aquisição de mercadorias para revenda, de uma empresa comercial, sendo que o pagamento será a prazo, qual dos lançamentos contábeis a seguir representa a contabilização dessa compra?

(A) Débito de Fornecedores a Crédito de Estoques.

(B) Débito de Estoques a Crédito de Caixa.

(C) Débito de Caixa a Crédito de Estoques.

(D) Débito de Estoques a Crédito de Bancos.

(E) Débito de Estoques a Crédito de Fornecedores.

7. (2023)

Dentre as alternativas apresentadas, indique aquela que representa uma conta patrimonial de natureza credora.

(A) Perdas com créditos de liquidação duvidosa.

(B) Duplicatas descontadas.

(C) Capital a integralizar.

(D) Ajuste de avaliação patrimonial negativo.

(E) Reserva de prejuízos acumulados.

8. (2023)

Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a entidade é responsável pelo registro público de livros contábeis em órgão competente e por averbações exigidas

(A) pelo Cartório.

(B) pela Junta Comercial.

(C) pela legislação de recuperação judicial.

(D) pelo SPED – Sistema Público de Escrituração Digital.

(E) pela Lei Societária.

9. (2022)

Assinale a alternativa que contenha uma conta contábil de natureza credora, segundo os preceitos contábeis.

(A) Estoques.

(B) Despesas antecipadas.

(C) Despesa de depreciação.

(D) Capital a integralizar.

(E) Provisão para contingências.

10. (2022)

Em relação à conta de natureza devedora, assinale a alternativa que corretamente a representa.

(A) Capital a integralizar.

(B) Receita a apropriar.

(C) Reserva de lucros.

(D) Depreciação acumulada.

(E) Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

11. (2021)

De acordo com as normas contábeis vigentes, o Livro Diário e o Livro Razão, em forma digital, quando exigível por legislação específica, devem revestir-se de formalidades extrínsecas e ser

(A) assinados pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado, com reconhecimento cartorial.

(B) autenticados no registro público ou em entidade competente.

(C) assinados pelos administradores regularmente habilitados pelo conselho contábil.

(D) assinados digitalmente pela entidade, pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado e por um auditor.

(E) assinados manualmente pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitados, bem como por um auditor independente.

LEGISLAÇÃO - INFORMÁTICA

1. (2023)

O Direito de Resposta está previsto na Lei no 13.188, de 11 de novembro de 2015, e no Capítulo I dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Art. 5º, inciso V. Segundo a legislação vigente, o direito de resposta ou retificação deve ser exercido dentro de um prazo decadencial. Esse prazo é contado a partir da data de divulgação, publicação ou transmissão da matéria ofensiva. Ele é de

- (A) 15 dias.
- (B) 30 dias
- (C) 60 dias.
- (D) 75 dias.
- (E) 90 dias.

2. (2023)

De acordo com a Lei de Acesso à Informação, considera-se autenticidade a qualidade

- (A) de um documento ser o que diz ser e de que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção.
- (B) da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- (C) da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- (D) da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- (E) da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

3. (2023)

Os procedimentos previstos na Lei de Acesso à Informação destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação devendo ser implementados conforme os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- (A) observância do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção.
- (B) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- (C) divulgação de informações de interesse público, quando da ocorrência de solicitações.
- (D) utilização de meios de comunicação viabilizados por sistemas de inteligência artificial.
- (E) desenvolvimento do controle político e econômico da administração pública.

4. (2023)

De acordo com a Lei de Acesso à Informação, a unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato, é denominada de

- (A) informação.
- (B) documento.
- (C) integridade.
- (D) primariedade.
- (E) mídia.

5. (2023)

A Lei no 12.527 (Lei de Acesso à Informação) observa um conjunto de padrões estabelecidos com base em critérios e práticas internacionais.

Sobre essa lei, é correto afirmar que

- (A) o acesso é regra e o sigilo exceção.
- (B) o requerente deve declarar a finalidade da informação.
- (C) o fornecimento da informação corresponde a uma taxa correspondente ao volume.
- (D) a divulgação das informações depende da demanda pública.
- (E) não existem exceções quanto a prazos de sigilos.

6. (2022)

A Lei nº 12.527, de 18/11/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, dispõe sobre os procedimentos a serem observados com o objetivo de garantir esse acesso. Subordinam-se ao regime desta Lei, por exemplo,

(A) as empresas públicas ou privadas, com ou sem controle direto ou indireto da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

(B) as empresas públicas, excetuando-se as sociedades de economia mista.

(C) os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo e Legislativo, não incluindo o Judiciário e o Ministério Público, que são regulados por leis específicas.

(D) as autarquias e fundações (excetuando-se as fundações públicas).

(E) as entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

7. (2024)

O acesso à informação, de acordo com a legislação em vigor, não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de

(A) requerimento ou ato administrativo com a edição do ato irrevoluto vinculante para uso da informação com ocultação da parte sob sigilo.

(B) certidão indicativa de testemunhas ou acordo que comprovem o uso da parte da informação sob sigilo.

(C) ato administrativo ou cópia autenticada respectiva para uso da informação sigilosa.

(D) requerimento, extrato ou acordo de divulgação da parte sigilosa da informação.

(E) certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

8. (2023)

Segundo relatório da organização não governamental Artigo 19, verifica-se que: "(...) alguns órgãos públicos demandam identificação excessiva do requerente de informação, enquanto outros estabelecem procedimentos diferenciados que variam segundo as características do requerente, principalmente jornalistas." (2017, p.12).

(Os cinco anos da Lei de Acesso à Informação: uma análise de casos de transparência. [S.l.], 2017. Disponível em: <https://artigo19.org/?p=11599>. Acesso em 12 de mar. de 2020)

Sobre tal constatação, à luz da Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar que

(A) a exigência de dados adicionais é prevista em lei, sobretudo para categorias profissionais relacionadas aos meios de comunicação.

(B) é condicionante para o acesso à informação a identificação completa, possibilitando manter registro sobre o perfil requerente.

(C) a exigência de dados adicionais que possam inviabilizar a solicitação é proibida, considerando assim o princípio da impessoalidade.

(D) a exigência de identificação visa resguardar o poder público quanto ao uso indiscriminado dos dados governamentais.

(E) a exigência visa desestimular o uso da informação passiva, que sobrecarrega o poder público com novos trâmites burocráticos.

9. (2023)

No que tange aos recursos, de acordo com a Lei no 12.527/2011, é correto afirmar que

(A) no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, o interessado poderá interpor recurso contra a decisão no prazo de 30 (trinta) dias a contar da sua ciência.

(B) no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, o interessado poderá interpor recurso dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada.

(C) no caso de interposição de recurso contra a decisão de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, a autoridade competente deverá se manifestar no prazo de 15 dias.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL E EXTRAVAGANTE

1. VUNESP - 2022

A respeito da Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Prevê a submissão obrigatória do preso condenado a crime doloso e hediondo à identificação de perfil genético, mediando extração de DNA, por técnica indolor.
- (B) Prevê disposições relativas ao egresso, assim considerado pela lei o liberado definitivo, ao longo do primeiro ano, contado da saída do estabelecimento, e o liberado condicional, durante o período de prova.
- (C) Não se aplica ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar.
- (D) Regula o cumprimento da pena definitiva ou medida de segurança imposta, não se aplicando à execução provisória da pena.
- (E) Prevê a obrigatoriedade do exame criminológico ao condenado ao cumprimento de pena em regime fechado e semi-aberto, para fins de individualização da execução da pena.

2. VUNESP - 2024

O presidente da República sancionou, com vetos, a lei aprovada pelo Congresso para restringir a chamada “sadinha” dos presos em regime semiaberto, que têm o direito de cinco saídas anuais, incluindo para visita a familiares.

(ebc. Disponível em <https://shre.ink/DP4Q>. Acesso em 01.06.2024.

Adaptado

A situação que está em **desacordo** com a lei sancionada é:

- (A) entre os critérios a serem observados estão os seguintes: comportamento adequado na prisão; cumprimento mínimo de 1/6 da pena, se for primário, e 1/4, se reincidente.
- (B) ficam proibidas as saídas temporárias para presos no regime semiaberto que tenham cometido crimes hediondos ou com violência ou grave ameaça, como estupro ou homicídio.

(C) passa a ser obrigatória a realização de exame criminológico para que o preso possa progredir do regime fechado para o semiaberto, e assim ter acesso ao direito às saidinhas.

(D) os presos que progredirem do regime semiaberto para o aberto estão dispensados da obrigatoriedade de monitoramento eletrônico, por meio de tornozeleiras.

(E) para ter direito ao benefício, o preso precisa obter autorização do juiz responsável por sua execução penal e parecer positivo do Ministério Público e da administração prisional.

3. VUNESP - 2022

Tendo em conta que a pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinado pelo Juiz, bem como as disposições do art. 112, da Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

(A) Nos crimes hediondos ou a eles equiparados, sendo o apenado primário, atingirá o requisito objetivo para a progressão do regime quando cumpridos, ao menos, 50% (cinquenta por cento) da pena.

(B) A concessão da progressão do regime não depende de manifestação prévia do Ministério Público, podendo se dar, de ofício, pelo Juiz da Execução.

(C) A apenada mulher, beneficiada pela progressão especial de regime, terá o benefício revogado, se praticar novo crime doloso.

(D) A apenada mulher que seja mãe de criança atingirá o requisito objetivo para a progressão do regime quando cumprido 1/6 da pena, desde que o crime praticado não envolva violência ou grave ameaça à pessoa.

(E) Nos crimes praticados sem violência à pessoa ou grave ameaça, sendo o apenado primário, atingirá o requisito objetivo para a progressão de regime quando cumpridos, ao menos, 20% (vinte por cento) da pena.

4. VUNESP - 2023

O recurso cabível na Lei de Execução Penal contra decisões do juiz das execuções é o agravo, mas não foi estabelecido seu procedimento ou prazo para interposição.

Portanto, atualmente, vigora o entendimento de que seu processamento deve obedecer o rito

- (A) do recurso em sentido estrito.
- (B) do recurso de apelação.
- (C) do agravo regimental.
- (D) do agravo de instrumento no processo civil, por analogia.

5. VUNESP - 2024

Nos termos da Lei Federal no 9.455 de 07 de abril de 1997 – Lei sobre crimes de tortura, é correto afirmar que

- (A) o crime de tortura é apenado com prisão simples.
- (B) a condenação pelo crime de tortura não acarretará a perda do cargo.
- (C) o crime de tortura é afiançável.
- (D) o crime de tortura é insuscetível de graça ou anistia.
- (E) a condenação pelo crime de tortura não acarretará a perda da função.

6. VUNESP - 2023

Inocência, que é policial em um Estado brasileiro que faz fronteira com o Paraguai, ficou sabendo que Brutus, brasileiro, 61 anos de idade, um perigoso sequestrador, estava no referido país e atravessou a fronteira para tentar prender o criminoso. Ao capturá-lo, e ainda naquele país, Inocência usou de violência contra o meliante, causando-lhe sofrimento físico e mental, com o fim de obter informação sobre o paradeiro da vítima sequestrada. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei no 9.455/97, é **correto** afirmar que a conduta de Inocência

- (A) se constitui em crime de tortura, que é inafiançável, e ele estará sujeito à pena de reclusão, que é aumentada pelo fato de ele ser agente público e também em virtude da idade de Brutus, e cujo cumprimento será integralmente em regime fechado, mas não há previsão da perda de cargo.
- (B) não se constitui em um crime de tortura por falta de elementos legais para a sua devida caracterização, salvo se houve a confissão de Brutus.
- (C) se constitui em crime de tortura, mas Inocência não poderá ser processado no Brasil, tendo em vista que o delito foi praticado em outro país.

(D) se constitui em crime de tortura, que é inafiançável, e ele estará sujeito à pena de reclusão, que é aumentada pelo fato de ele ser agente público e também em virtude da idade de Brutus, e cujo cumprimento terá início em regime fechado, ficando ainda sujeito à perda do cargo.

(E) se constitui em crime de tortura, que é afiançável, e ele estará sujeito à pena de reclusão, que não é aumentada pelo fato de ele ser agente público nem em virtude da idade de Brutus, e cujo cumprimento terá início em regime fechado, ficando ainda sujeito à perda do cargo.

7. VUNESP - 2022

O agente do crime de lavagem de dinheiro, da Lei nº 9.613/98, de acordo com o artigo 1º, § 5º, pode, entre outros benefícios, ter pena reduzida se colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais

- (A) e repare integralmente o dano causado, que terá como valor mínimo a vantagem econômica auferida com prática criminosa.
- (B) e à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime, apenas.
- (C) e à identificação dos autores, coautores e partícipes, apenas.
- (D) à identificação dos autores, coautores e partícipes e à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.
- (E) à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

8. VUNESP - 2021

No que concerne à lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98), é **correto** afirmar que

- (A) o processo e o julgamento do crime de lavagem obedecem às disposições relativas ao procedimento comum dos crimes punidos com detenção.
- (B) a pena será aumentada, de um a dois terços, se a lavagem for cometida de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa.
- (C) se desconhecido o autor do crime antecedente, não se configura o crime de lavagem.
- (D) se extinta a punibilidade da infração penal antecedente, não se configura o crime de lavagem.